

CRASTO DE PALHEIROS – MURÇA. REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE ESTUDO E DE INTERPRETAÇÃO DUMA MEGA-ARQUITECTURA PRÉ-HISTÓRICA NO NORTE DE PORTUGAL

por

Maria de Jesus Sanches*

Resumo: Faz-se aqui uma alongada reflexão sobre as contingências inerentes ao estudo e interpretação do Crasto de Palheiros durante o 3º mil. BC. Incide-se também nas destruições e remodelações operadas na Idade do Ferro, que é um período em que o Crasto se destaca por ser um povoado bem preservado, aberto. Somente na sua fase final (da I. do Ferro) é circunscrito por duas linhas de muralhas genericamente concêntricas. Além das ideias relativas ao faseamento cronológico e às motivações possíveis para a emergência desta mega-construção pré-histórica – que pode ser resumida a dois gigantescos taludes concêntricos que circunscrevem dois recintos –, destacamos uma que enunciamos: no plano formal, o Crasto (no Calcolítico) pode ser interpretado como uma representação sintética da paisagem que o incorpora.

Palavras-chave: Mega-arquitectura; modelo/projecto; Calcolítico.

Summary: I intend here to present an extensive consideration of the contingencies inherent in the study and interpretation of Crasto de Palheiros during the 3rd. millennium BC. Particular emphasis is placed on the destruction and remodelling which took place during the Iron Age, a period in which the Crasto was also important as a well-preserved, open settlement. It was only enclosed in its final phase (of the Iron Age) by two generically concentric walls. In addition to providing some ideas on the chronological phasing and possible motives for the emergence of this prehistoric mega-construction – which, briefly, consists of two gigantic concentric embankments circumscribing two enclosures – there is one in particular which I would like to propose: on a formal level, the Crasto in the Chalcolithic may be interpreted as a synthetic representation of the landscape that incorporates it.

Key-words: Mega-architecture; architectonic/formal plans; Chalcolithic.

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. E-mail: manches@esoterica.pt

0. INTRODUÇÃO

O Crasto de Palheiros situa-se na parte sudoeste da bacia depressionária de Mirandela (concelho de Murça, distrito de Vila Real), em Trás-os-Montes (Norte de Portugal) (Fig. 1 e 5).

Consiste numa extensa arribas quartzítica agressivamente exposta na paisagem natural, que foi parcialmente “esculpida” e provida de possantes construções sobretudo de pedra seca, por comunidades locais na primeira metade do 3º mil. BC. Trata-se de uma estação arqueológica ainda em estudo¹, e cujos resultados preliminares das campanhas de 1995-2001 foram objecto de algumas publicações, umas mais específicas, outras mais gerais².

De 2001 a 2003 tanto a escavação como a conservação e musealização do Crasto estão a ganhar uma nova dinâmica mercê do desenvolvimento dum projecto proposto pela Câmara Municipal de Murça ao Programa Operacional da Cultura (Medida 9.3)³.

Dada a grande extensão da estação – 2,5 ha de área demarcada por construções pétreas –, só uma parte limitada foi escavada (Fig. 2), pelo que o presente texto deve ser entendido mais como um lugar de reflexão relativa aos diferentes planos de análise/ /ou hipóteses interpretativas que tem conduzido a investigação, do que uma narrativa descritiva dos resultados arqueológicos e arqueográficos.

1. ENQUADRAMENTO GERAL

Embora este texto tenha também como objectivo a reflexão relativa às condições históricas em que surgiu o Crasto de Palheiros como arquitectura pré-histórica regional de maior vulto para aquela época (3º mil. BC), bem como ao seu papel na reorganização do povoamento regional, a estação arqueológica será analisada em diferentes vertentes ou escalas de análise, algumas das quais podem ser assumidas *grosso modo* como diferentes escalas temporais.

¹ No momento em que escrevemos este texto decorre precisamente a campanha de 2003. Esta campanha, bem como a de 2002, foram co-dirigidas por Susana A. Nunes e Dulcineia B. Pinto, licenciadas pela FLUP.

² Sanches 1996; 2000-2001 (embora uma das plantas de ocupação “doméstica” que por lapso não foi aqui publicada, esteja disponível no número seguinte da rev. *Portugália*, ou seja, no nº 23 do ano de 2002); 2002. Barbosa 1999. Amorim 1999. Gomes 2000-2001; 2002. Pinto 2003.

³ Este projecto, denominado de “Castro de Palheiros-Murça. Projecto de estudo arqueológico, de valorização e de divulgação de uma estação arqueológica monumental ocupada no Calcolítico e na Idade do Ferro: 2001-03”, tem permitido o suporte parcial dos trabalhos, particularmente no que concerne a acções de escavação, e de conservação de material arqueológico, bem como o financiamento integral da construção de infra-estruturas de apoio à musealização. Porém, a escavação e estudos arqueológicos têm também sido suportadas pelo Instituto Português de Arqueologia através do PNTA, pela Câmara Municipal de Murça e pelo Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

1.1.

Numa perspectiva de longa duração, inserimos o Crasto de Palheiros que é uma construção *que introduz uma ruptura na paisagem*, no conjunto de “edificações” que marcam as comunidades do Neolítico, do Calcolítico e da I. do Bronze na Europa Central, Nórdica e Ocidental. Umás serão de carácter mais duradouro, porque construídas em pedra ou em terra e pedra: mamoas alongadas, ovaís ou rectangulares contendo no seu interior cistas, câmaras megalíticas simples, ou câmaras abertas; *cairns* com uma ou mais estruturas megalíticas; monólitos isolados ou organizados espacialmente de forma variada (círculos, alinhamentos, etc.). Outras parecem mais perecíveis porque construídas em terra e madeira, por vezes rodeadas de fossos contínuos ou descontínuos: “long mounds”, recintos denominados de “causewayed estruturas”, “henges”, etc. Independentemente da sua localização topográfica, das formas regionais que assumem (ou mesmo da “metamorfose” arquitectónica que sofrem ao longo do tempo), da sua ligação mais dominante aos ancestrais nuns casos, ou a conceptualizações ideológicas mais abrangentes, de carácter mais “sagrado” ou mais “secular”, noutros, respondem a uma mesma necessidade. *Essa necessidade é a de criar conceitos novos através da “construção de espaços” estruturados de acção social colectiva*. São assim construções estruturantes do pensamento e da vida individual e comunitária, não somente porque a sua construção e manutenção exige a congregação dos esforços de toda a comunidade – o que no Crasto de Palheiros atinge uma dimensão inusitada –, mas porque *as práticas sociais* que aí tem lugar se articulam intimamente com os planos arquitectónicos e têm sempre, como pano de fundo, mas também *como objecto*, o território. As práticas são aquelas que realmente introduzem as convenções, as normas de comportamento e as justificam (na tradição, na genealogia, por ex.), de modo a torná-las aceites, ainda que dessa aceitação não esteja isenta uma permanente tensão social. O território será uma entidade cuja concepção pode sujeitar-se a negociações, tal como as próprias construções que o integram, do que decorre que a *construção de identidades traduz um sistema complexo susceptível de na sua especificidade ser entendido somente no contexto regional*.

1.2.

O que parece evidente é que o que está em causa nestas variadas construções europeias (porque não falamos daquelas que existem noutras partes do Globo), é sobretudo *uma nova concepção de território e de comunidade que no Neolítico começa a partilhar a sua identidade de modo evidente com os ancestrais*. Na realidade, independentemente das formas físicas e da escala que as diferentes construções assumem, do que decorre que não se possam enquadrar numa explicação unitária, nota-se que este fenómeno se identifica com o Neolítico e se associa frequentemente aos rituais dos antepassados, embora tal não signifique que todos os monumentos ou construções

tenham de ser assumidos como túmulos (Bradley 98, 53). Será o caso das mamoadas alongadas, datadas do Neolítico inicial que se estendem da Polónia à costa atlântica, e cujos modelos são assumidos como decorrentes das longhouses da *Linearbandkeramic culture* e que registam, elas próprias, também uma intensa actividade ritual e podem mesmo incluir restos humanos (Bradley 2001, 20). Ainda na transição do Mesolítico para o Neolítico, mas já seguindo uma outra tradição arquitectónica, temos, por ex., a construção de pequenos monumentos funerários – pequenas mamoadas ou *cairns* com cistas ou pequenas câmaras fechadas –, ou mesmo a implantação de mehnires simples ou decorados (Alentejo-Portugal) (Calado 2002), ou de grandes estelas decoradas também (Bretanha-França) alguns dos quais se integram em construções posteriores ou dão origem a novas arquitecturas (recintos de mehnires, cromelechs, alinhamentos).

As diferentes regiões europeias apresentam uma grande diversidade de “monumentos” cuja trajectória arquitectónica e ritual não é objecto deste trabalho. Porém, regista-se um tipo genérico de recintos, denominados de “causewayed enclosures”, cujos planos arquitectónicos gerais, localização topográfica, relação com o espaço habitado (que pode estar também incluído no recinto) e mesmo manifestações de actividades domésticas e rituais (manuseamento de ossos humanos e de animais, por ex.) que permitem uma analogia genérica não somente com o Crasto de Palheiros, como com um grande número de construções calcolíticas peninsulares datadas do Calcolítico. Referimo-nos aqui tanto a recintos rodeados de taludes, fossos, como de muralhas, rampas, bastiões, ou torres.

Nas “causewayed enclosures” enfatiza-se normalmente o facto de também estes recintos rodeados de uma ou mais linhas de fossos (e, no Leste de França, também de muralhas), possuírem variadas entradas/saídas, monumentalizadas por vezes com *taludes de terra, numa estreita relação com o espaço habitado da periferia, ou seja, com as diferentes comunidades que nele habitam* (Bradley 1998: 72).

Contudo, o que é mais interessante referir é o facto destas últimas construções se assumirem frequentemente não como “obras acabadas”, mas antes como *projectos* em constante alteração (Bradley, 1998: 71-73). Essa alteração diz respeito não somente aos planos arquitectónicos/formais, mas também aos diferentes “usos” a que antigos ou novos espaços são sujeitos. E o entendimento particular de cada um deve ser procurado não em explicações generalistas, mas nas características específicas de cada um, bem como no contexto regional. É nesta linha que procurado entender o Crasto de Palheiros.

2. SÍNTESE DOS RESULTADOS ARQUEOLÓGICOS

2.1. Problemas de abordagem duma estação arqueológica intensa e duradouramente ocupada em dois períodos históricos distintos.

2.1.1.

Embora neste texto só esteja em discussão a ocupação calcolítica do Crasto, datada genericamente do 3º mil BC, esta estação evidencia uma outra ocupação na I. do Ferro cuja importância, quer em termos de quantidade de vestígios arquitectónicos e arqueológicos, quer em termos da sua excepcionalidade no contexto do povoamento regional proto-histórico, pode ser paralelizável à ocupação pré-histórica.

Por falta de espaço não criticaremos ponto por ponto as nossas publicações anteriores relativas a esta estação, embora seja imprescindível que tal seja feito num texto mais extenso como aquele da publicação monográfica que se encontra em preparação. Essa crítica tornar-se-á pertinente na medida em que revelará não somente de que modo as concepções ou ideias que temos sobre as estações arqueológicas “domesticam” ou enviesam mesmo até certo ponto a documentação (particularmente aquela que se refere à leitura dos conjuntos artefactuais na sua relação com o espaço), como ainda em que medida o alargamento das áreas escavadas pode alterar completamente a concepção e sequências de ocupação que elaboramos sobre um sítio arqueológico deste tipo. Normalmente o aumento da área escavada corresponde a uma maior complexificação na interpretação, particularmente em locais que vão sofrendo transformações, como é o caso do Crasto de Palheiros e de tantas outras construções peninsulares quer calcolíticas, quer da Idade do Ferro. Mas este afigura-se-nos ser o único meio de ir conhecendo estes “monumentos” que, pela sua extensão e imposição arquitectónica, moldam definitivamente grandes paisagens.

Isto quer dizer que um recinto pétreo de grande extensão como é o Crasto de Palheiros, se revelado pela *análise topográfica e construtiva assente em escavações limitadas e em registos de superfície*, só pode ser entendido de forma linear, muito grosseira. Nesta análise a *trajectória construtiva ou simbólico/formal é mais intuída e especulada do que verificada*. Ora as escavações do último ano (2002), aliadas àquelas que neste momento ainda decorrem (2003), duplicarão o tempo de intervenção de todas as campanhas anteriores, do que resulta que se têm vindo a revelar novos problemas construtivos/formais, bem como a redimensionar o carácter e abrangência tanto das sequências como das hipóteses interpretativas anteriormente propostas. É deste redimensionamento da análise que daremos conta neste texto.

2.1.2.

O primeiro grande período de ocupação do Crasto abrange todo o 3º mil. AC (c.

de 2900-2300 AC), quer dizer, integra-se no denominado Calcolítico regional e esta primeira ocupação (com as fases I e II, de que falaremos adiante) é responsável pela mais visível adaptação da topografia do monte à arquitectura que nos é dado observar na actualidade (Sanches 2000-01). Após um hiato ocupacional de cerca de 17 séculos, que motivou a destruição, também por causas naturais, de algumas estruturas arquitectónicas mais antigas, o segundo período inicia-se por volta do final do séc. 4º AC e estende-se até ao séc. 1º/2º DC. Trata-se duma ocupação da Idade do Ferro (fase III) que, por volta da viragem da Era, mostra alguns, poucos, indícios da relação desta comunidade local com a ocupação romana que se estava a organizar política e administrativamente precisamente nesta época. É também desta fase terminal da I. do Ferro⁴ que data a construção de grandes muralhas na área já escavada.

2.1.3.

Deve ser enfatizado desde já o facto de um mesmo local ter sido escolhido por comunidades historicamente diferentes e com finalidades *específicas* que cremos terem sido distintas. Embora seja difícil admitir que a *memória do lugar* (ou do monumento mais antigo) como construção ligada ao Passado tenha permanecido *como tal* até à Idade do Ferro (pois *cronologicamente* será a 2ª Idade do Ferro⁵), a *Fragada* imponente na paisagem regional ao manter a sua posição de domínio sobre a periferia, pode ter sido escolhida para a fundação *dum povoado aberto*, alcandorado na arriba, por motivos de estruturação territorial do povoamento que, a este nível organizativo, poderá ter tido algo de comum com a primitiva ocupação calcolítica (Fig. 3 e 5). Porém, o povoamento regional do séc. IVº (e de todo o 1º mil. AC) é praticamente desconhecido, pelo que o que adiantamos é mais uma hipótese de trabalho do que uma dedução.

No entanto, no momento de fundação do povoado, mesmo que as populações da Idade do Ferro já não tivessem qualquer memória do “primitivo” local, *quando procederam ao escavamento de estruturas arqueológicas mais antigas* – como, por ex., no talude exterior leste (TEL) ou na plataforma inferior do mesmo lado (PIL), ou mesmo na plataforma inferior norte (PIN) –, *para aí implantar as primeiras unidades habitacionais*, não puderam deixar de notar a presença de milhares de fragmentos cerâmicos, maioritariamente decorados, dado que eles próprios possuíam cerâmicas formalmente algo parecidas (embora parcamente decoradas com outros motivos). Intuímos até que em certos casos procuraram imitar as decorações dessas cerâmicas

⁴ A ocupação da Idade do Ferro – fase III –, é subdividida em 3 subfases: III-1; III-2; III-3. A construção das muralhas data da subfase III-3.

⁵ Em termos culturais, pelo menos até ao séc. 1º DC “mescam-se” elementos arqueográficos, particularmente metálicos, característicos da 1ª Idade do Ferro da Meseta com elementos da 2ª Idade do Ferro tanto da Meseta como do litoral português (Pinto 2003 a e 2003 b).

que iam encontrando no solo, embora esse estudo só esteja agora a começar a merecer a nossa atenção.

Também não podiam deixar de notar a existência de paredes verticais pré-existent, como acontece na plataforma inferior leste e também naquela situada a norte, *onde um dos lados das entradas dos taludes calcolíticos exteriores* (no Talude Sul – TS – e no Talude Exterior Norte – TEN) *foram usados precisamente para apoiar unidades habitacionais* (da subfase III-2) (Fig. 8 e 9). Este aspecto é particularmente claro na plataforma norte (TEN) onde surge, na I. do Ferro, uma cabana feita de materiais percíveis, que, ao integrar do lado SW aquela primitiva parede vertical calcolítica, se tornou arquitectónica e visualmente diferente das demais.

Procuraram-se ainda *imitar as técnicas construtivas dos taludes calcolíticos* na sustentação, pelo exterior, da plataforma que resultou do escavamento e remoção parcial do talude calcolítico (Talude Exterior Leste – TEL), e onde foi criada uma intensa área habitacional. Merece destaque o facto de a implantação dessas cabanas na supracitada plataforma ter sido precedida duma espécie de *ritual fundacional* que incluiu a fragmentação, *in situ*, de 2 recipientes cerâmicos (um liso, outro decorado), afastados entre si cerca de 2 m, e colocados por sobre o solo argiloso do talude calcolítico, e de imediato “cobertos” pelo piso argiloso e duro que é o solo de circulação da própria cabana.

Já numa fase final da ocupação da Idade do Ferro – Subfase III-3 – (que supomos ser do final do séc. I-inícios do IIº DC, pois para esta fase não temos datas absolutas), no momento em que este povoado sofre uma forte retracção da área ocupada mercê da construção de duas linhas de muralhas por sobre os taludes calcolíticos pré-existent (Fig. 2 e 10) – mas já arquitectonicamente algo alterados por cerca de 400 anos de ocupação os quais incluem mesmo unidades habitacionais –, *é de novo iniludível a tentativa de reconstrução da volumetria dos primitivos taludes* – Talude Exterior Norte (TEN) e Talude Exterior Leste (TEL) –, segundo técnicas construtivas que procuram imitar (mas agora já sem o conseguir minimamente), as construções calcolíticas (Fig. 4). É assim possível que nesse momento o povoado da Idade do Ferro tenha ganho um carácter identitário ainda mais forte, alicerçado nas memórias colectivas de ocupação do local para as quais teria sido “recuperada” uma história do sítio, onde agora se fundiriam numa mesma narrativa tradições mais antigas e mais recentes.

2.1.4.

Outro aspecto de realce é que do ponto de vista arqueológico *é extremamente difícil discernir* (mormente com escavações limitadas) *qual o “aspecto” global da estação quer no decurso, quer no final da ocupação calcolítica*. Com efeito, como dissemos acima, um elevado número de estruturas arquitectónicas mais antigas, bem como os sedimentos que estas albergavam ou protegiam, foram “perfurados”, alterados

ou simplesmente removidos à medida que a ocupação da Idade do Ferro prosseguia; o espaço no povoado da Idade do Ferro foi-se ampliando ou retraindo, circunscrevendo-se a certas áreas ou alargando-se a outras; os próprios materiais de construção foram-se deslocando ao sabor das necessidades, e o material lítico (percutores, moínhos, machados) (Gomes, 2000-01; *Idem* 2002) parece ter sido frequentemente reaproveitado em diversas actividades e/ou construções.

A trajectória histórico-construtiva do Crasto de Palheiros como construção imponente que ainda se revela como miticamente significativa na memória das populações subactuais, é assim muito difícil de seguir nos seus pormenores, particularmente quando pretendemos estabelecer como funcionaria arquitectónica e espacialmente (uso de espaços internos) em cada fase discreta de ocupação. O que deveremos reter é que à excepção de alguns locais aparentemente menos alterados por ocupações e usos posteriores (onde se inclui também quer o cultivo do local, quer a exploração de pedra para construção na década de 1980)⁶, não poderemos construir uma imagem adequada desta estação no Calcolítico.

2.2. O Crasto de Palheiros no 3º mil. AC: arquitecturas, espaços e sua interpretação

2.2.1. “Faseamento” e especificidade das ocupações sob e “no interior” dos taludes.

Não é por ora suficientemente consistente a hipótese de que a *Fragada do Crasto* tenha tido uma ocupação discreta anterior à construção das estruturas pétreas que alteraram radicalmente a fisionomia da crista quartzítica.

Porém, dois factos merecem o nosso comentário. Em primeiro lugar torna-se extremamente difícil de entender a ocorrência sistemática de milhares de fragmentos cerâmicos e de instrumentos (sobretudo percutores e núcleos) no “miolo” ou sedimen-

⁶ Esta parece-nos ter sido a mais marcante e rápida destruição da estação, pois que pela primeira vez são usados métodos e técnicas modernas de desmontagem e de arrasto em extensão. Com explosivos é destruída a cortina de afloramentos nos quais se apoiava o talude e a muralha exterior norte – estes posteriormente transportados com tractores para as construções da freguesia de Palheiros –, o que modificará totalmente a fisionomia da parte norte da estação, sendo precisamente aí que se torna mais difícil a escavação. Também todo o talude exterior oeste foi literalmente removido, e as destruições na linha exterior de muralhas da I. do Ferro, do lado Nordeste – onde parece ter existido uma imponente entrada – são ainda difíceis de avaliar na ausência de escavações. A década de 1980 marca assim o período em que o Crasto deixou de ser assumido popularmente como um lugar rodeado de uma certa aura mítica, para ser entendido unicamente como uma pedreira, pese embora o facto de algumas pessoas mais velhas ainda perpetuarem as memórias deste local que se ligava miticamente à sua infância, ou seja, às histórias e “rituais” que aí viveram, particularmente no dia de S. Bartolomeu.

tos de qualquer dos taludes. Em segundo, o aparecimento de uma camada vestigial de ocupação sob o talude interno leste (TIL) (Sanches 2000-01), bem como de uma outra mais consistente sob o talude exterior norte (TEN) e ainda em escavação, ou mesmo de uma outra sob o talude exterior leste – TEL – não podendo ser ignoradas, obrigam-nos naturalmente a colocar diferentes hipóteses de ocupação do local. Ora estas não têm obrigatoriamente de ser entendidas de modo sequencial. Comentemos esta segunda situação.

2.2.1.1.

Por um lado, é bem possível que esta crista quartzítica, cortada a pique em arriba do lado sul (Fig. 3 e 4), fosse um local frequentado já durante o 4º/início do 3º milénio AC por comunidades agro-pastoris regionais, bem porque *se trata de uma formação rochosa tão assertiva na paisagem que não poderia ser ignorada*, bem porque (simultaneamente?) *ai se procederia à exploração de quartzo de filão*, e à de nódulos de quartzo que integram o solo local, para o fabrico de utensílios líticos.

Na realidade, tanto sob o talude exterior norte (TEN – ou na base deste)⁷, como na base e sedimentos argilosos e compactos do talude exterior leste (TEL – Fig. 4), têm sido recolhidos muitas dezenas de núcleos de diversos tamanhos e formas com vestígios de extracções (muitos deles transformados em percutores, outros simplesmente esgotados), assim como percutores, também de diferentes formas e tamanhos, a par de um número razoável de lascas de extracção, *o que pode indiciar uma actividade exploratória dos filões de quartzo que atravessam as formações quartzíticas*. A par destes “artefactos” surgem, integrados nas argilas tanto do talude, como do solo geológico subjacente, dezenas de outros “núcleos” de arestas boleadas, sem vestígios de qualquer uso, que indiciam pertencer também a material de filão, agora já carregado e boleado.

Deste modo, a *exploração dos filões* tanto poderia ter sido feita directamente (e com muita facilidade) a partir daqueles da formação quartzítica do Crasto (onde abundam particularmente do lado leste) (Fig. 11), como recolhendo simplesmente aqueles que jaziam já no solo em blocos soltos⁸.

Trata-se afinal da matéria-prima que é mais utilizada regionalmente pelas comunidades do 4º e 3º mil. AC, sendo que outra exploração de quartzo de filão, na área subjacente e periférica da Mamoia da Alagoa (dólmen de corredor), em Jou-Murça

⁷ Na realidade trata-se somente de uma das valas do talude exterior norte (TEN) pois na outra vala não foi detectado qualquer vestígio prévio à construção daquele talude.

⁸ No entendimento desta questão muito devemos ao Dr. José Feliciano, consultor deste projecto e geólogo do IGM, cujo apoio prestado tanto no acompanhamento da escavação, como nos estudos posteriores, tem sido realmente imprescindível.

esteve em exploração até à exaustão pelo menos desde o final do 5º/início do 4º mil. AC (Sanches, Nunes e Silva, 2004). Também neste último caso nos custa a crer que a sobreposição da parte topograficamente mais proeminente da oficina de exploração de núcleos e de lascas (que mereceriam outro tratamento específico noutros locais) pelo dólmen, datado do 1º quartel do 4º mil. AC (Sanches, 2002) seja mera coincidência, *apontando antes para uma marcação intencional por parte da comunidade ou comunidades construtoras do dólmen.*

É com lugares como este que se constrói e alicerça a rede conceptual do território, *sendo que estas ocupações, que podem até ter sido esporádicas, sedimentam as memórias individuais e colectivas que posteriormente podem ser objecto duma construção física e simbólica mais elaborada.* e que no caso da Alagoa é claramente ligada aos ancestrais.

Na Mamoa da Alagoa e no vizinho Crasto pode estar presente a mesma atitude social que relaciona a natureza com a cultura e que consiste na reintegração de lugares de frequência esporádica, ainda que importantes do ponto de vista socio-económico, em novos conceitos cosmológicos e territoriais.

2.2.1.2.

No nível de ocupação sob o talude norte (TEN), que se encontra em escavação, repetimos, existem vestígios de áreas de combustão não estruturadas, a par de buracos de poste, tendo-se recolhido aí, além de ossos e de material lítico talhado e de moinhos, uma placa sub-rectangular de barro, decorada (a única exumada nesta estação), bem como cerâmicas aparentemente similares, na forma e na decoração, àquelas dos níveis de monumentalização, uso e de condenação das construções pétreas calcólíticas. Exceptua-se a cerâmica campaniforme, sempre espacialmente restrita ao recinto superior.

Na base do talude exterior leste (TEL), já sobre os sedimentos de origem antrópica que consolidam as lajes fincadas da periferia desse talude, ou mesmo sobre o solo geológico, na zona mais recuada do mesmo talude (Fig. 4), encontram-se também algumas estruturas arqueológicas –, uma grande lareira inserta numa fossa alongada e que foi sendo intencionalmente recoberta por sedimentos argilosos; uma pequena estrutura subcircular rodeada de pedras fincadas verticalmente no solo, com sedimentos negros no interior, e intencionalmente tapada com outras pedras; algumas pequenas pedras fincadas no solo e um possível buraco de poste –, a par de materiais arqueológicos similares aos do talude.

Sob o talude interior leste (TIL) os vestígios são menos substantivos, com menos percutores e moventes que nos restantes taludes e somente com algumas cerâmicas providas de decorações mais arcaicas. (Barbosa 1999; Sanches 2000-01: fig. 6 cam. 3).

Estes níveis de ocupação sob os 3 os taludes, bem como a grande quantidade de cerâmicas e outros artefactos líticos referidos atrás, não têm obrigatoriamente de ser

interpretados do mesmo modo (embora, em última análise também admitam sê-lo particularmente numa perspectiva de sequências micro-espaciais).

Estes vestígios parecem apontar para ocupações esporádicas. Estas ocupações tanto podem inscrever-se na frequência da crista ou *Fragada* do Crasto antes das grandes construções pétreas – particularmente aqueles sob o talude interno leste (TIL) que possui cerâmicas mais arcaicas cuja tradição regional é mais antiga –, como materializar as ocupações feitas por pequenos contingentes humanos que se instalavam numas áreas do sítio enquanto procediam às construções noutras, como pode ser indiciado na área do talude exterior norte (TEN – Fig. 10). O mesmo pode ter acontecido com a área do TIL.

Porém, sob o talude exterior leste (TEL), as estruturas intencionalmente encerradas, a ausência de um solo “habitacional” discreto, bem como a sua posição estratigráfica que indica ser posterior às lajes fincadas que marcam a periferia do talude (Fig. 4) admitem mais facilmente acções rituais de tipo fundacional *strito senso*, do que a condenação de estruturas pré-existentes resultantes de ocupações “domésticas”. Aliás, a cerâmica exumada tanto no interior deste talude (TEL), como em torno das supracitadas estruturas da sua base, ao apresentar-se muito fragmentada, e ao admitir colagens em fragmentos que se espalham por vezes por 12 m² ou mais, e que jaziam a distintas profundidades, pode indicar que aquela *foi para ali transportada, juntamente com outros instrumentos e com terras, doutros locais da estação anteriormente ocupados*.

Neste último talude (TEL) podemos *estar assim em presença quer de estruturas que materializam actos fundacionais (na base do talude), quer de vestígios de ocupações desenvolvidas noutros locais e cujos sedimentos foram incorporados no seu “miolo” para dar algum outro “sentido” a este talude*. Tal como neste, *nos restantes taludes (particularmente nos taludes exteriores) é inegável que os materiais arqueológicos terão de ter origem em sítios ou zonas com grande actividade de tipo doméstico*.

Embora não se tenham esgotado as hipóteses de originalmente essas áreas se localizarem fora da zona actualmente coberta por taludes⁹, realce-se, para o que agora interessa, o facto de estas “ocupações” serem obrigatoriamente anteriores à construção dum talude ou, pelo menos, do troço do talude que agora passa a utilizar de modo sistemático estes artefactos já transformados em “restos” pela fragmentação, ou mesmo “restos” juntamente com os sedimentos que originalmente os conteriam¹⁰.

⁹ Todas as sondagens realizadas no exterior do TEN com o objectivo de “despistar” ocupações em áreas onde vai haver movimentação de máquinas para a construção do Centro Interpretativo foram negativas.

¹⁰ Os taludes que integram quantidades inusitadas de material arqueológico são sobretudo os que delimitam a estação pelo exterior; dado que no recinto interior *ainda só foi escavado integralmente* um troço de talude (TIN)

Deste modo, por razões puramente metodológicas incluiremos na fase I estas ocupações sob os taludes, bem como aquelas que cremos terem ocorrido noutras áreas da estação, embora, como explicámos, esta fase I possa ter sido contemporânea da II noutros locais da estação.

A fase II inclui toda a ocupação calcolítica materializada nas grandes construções pétreas, bem como no uso dos espaços por estas delimitados e do seu encerramento ou “condenação” estruturada. É assim uma fase de construção, utilização condenação (e abandono?).

2.2.2. A(s) arquitectura(s) e o(s) seu(s) projecto(s)

A documentação arqueológica exumada ainda *não confirma nem recusa em absoluto a existência de um plano prévio (ainda que sob a forma de modelo) ou de um “projecto arquitectónico”* que poderia não ser somente de construção e de uso, como de condenação. Porém, algumas observações apontam para a emergência dum modelo muito simples. Sendo que este aspecto é de fulcral importância para o entendimento do modo como o tempo (longo de pelo menos 6 séculos), e a memória poderão ter alterado (ou não) um modelo inicial, voltaremos não só a abordar este problema adiante (no ponto 3), como a referir que esta questão tem constituído uma das preocupações na escavação das estruturas arquitectónicas do Crasto.

2.2.2.1.

De modo sintético, diremos que a *crista quartzítica, cortada na vertical do lado sul, e cuja topografia estabelece de imediato uma hierarquia de espaços* – um mais sobreelevado e outro mais baixo –, *poderá ter induzido desde logo um modelo formal de monumentalização* (independentemente das concepções simbólicas que já lhe podiam estar adstritas, algumas das quais são objecto de comentário no ponto 3).

Essa monumentalização consiste na construção de um imponente talude pétreo (TI) que rodeia e regulariza de modo uniforme a plataforma superior (PS) – *dando origem a um recinto interno ou superior* (ou Unidade interna, tal como formalmente o designamos) –, bem como de um outro, mais possante e mais comprido (TE), mas não tão inclinado, que delimita a plataforma inferior (PI), muito mais baixa, e cria, deste modo, *o recinto exterior* (Fig. 2, 3 e 10).

Estes taludes embora contenham sedimentos com grande quantidade de material

– cujo miolo tinha uma quantidade incomparavelmente menor de espólio –, não podemos afirmar peremptoriamente, mas somente colocar a hipótese de que somente nos taludes exteriores foram intencionalmente incluídos sedimentos e materiais provenientes de zonas com ocupação doméstica.

arqueológico e alguma pedra pequena de enchimento, são tecnicamente estruturados e construídos sobretudo em pedra seca. Exceptua-se a parte periférica do talude exterior leste (TEL), cuja volumetria deve muito ao transporte de sedimentos argilosos, que se estruturam dum modo conhecido como habitual nos *tumuli* do Norte de Portugal (Fig. 4: “t (II-1)”). A estrutura interna dos taludes apesar de variar ligeiramente com os locais, e sobretudo com a presença de irregularidades na rocha de base, ou de rochedos que é necessário integrar na construção (conferindo a esta um aspecto mais regular), mantém traços construtivos e estéticos similares, reconhecíveis, tanto nas áreas já escavadas, como naquelas onde ainda só vemos os encaixes peculiares das pedras entre si (Sanches 2000-01).

Creemos assim que as construções tinham uma finalidade visual, estética, pois por não parecerem ter sido cobertos ou forrados doutro tipo de material (terra, argila, ou outro); *a massa pétrea manter-se-ia dominantemente à vista* (Fig. 6).

2.2.2.2.

Aquilo que é também imediatamente visível é o enorme esforço colocado *nestas enormes e possantes construções* que tanto incluem pedras de médio como de grande porte e que *ocupam, afinal mais espaço útil do que aquele que circunscrevem em ambos os recintos ou plataformas*. Sendo a matéria – prima toda em quartzito, todas as pedras são muito pesadas, o que obrigaria a uma apurada técnica construtiva – extremamente mais complexa do que aquela exigida na construção dum muro vertical –, pois, sem ela, a pressão exercida pelo peso nas partes mais altas faria ruir toda a construção. O certo é que, embora necessitassem de alguma manutenção, essas construções eram tão sólidas que se mantiveram até à actualidade. Os taludes desenham-se em plano inclinado, ou rampa pétrea de configuração específica ou estética variada (arcos descentrados, pequenos alinhamentos subverticais de pedras, etc.), como dissemos atrás, mas o talude exterior (TE) é genericamente mais comprido e menos inclinado que o interior (TI) (Fig. 2 e 3). O primeiro tem em média 20/21 m de comprimento (excepto na zona sul) por 6/7 m de altura, o segundo cerca de 7 metros de comprimento por 8/10 metros de altura.

Por razões *meramente construtivas*, cremos que o talude interno deveria ter sido construído antes do talude externo, mas esta hipótese não tem por ora comprovação arqueológica e as datas de radiocarbono também não fornecem valores que esclareçam este pormenor, como referiremos adiante. Com efeito, a nossa experiência de escavação, desmontagem e posterior restauro dos taludes, além de evidenciar que a construção exigia conhecimentos técnicos adequados e uma boa coordenação de acções, mostra também que no talude interno, extremamente inclinado (para se adaptar, no fundo, ao desnível topográfico natural das plataformas), qualquer distracção na movimentação das pedras poderia ser fatal. As pedras, soltas, saltam desgovernadamente e ganham

velocidade e direcções incontroladas na descida, destruindo tudo à sua passagem quer na plataforma inferior quer no talude exterior. *Se o talude interno ou superior fosse construído com anterioridade, obviaria a certos riscos maiores*, pois o risco é um factor que deve ter estado sempre presente no decurso das construções.

Estes possantes taludes além de enfatizarem a diferença topográfica entre ambas as plataformas – mas que permitiam em simultâneo um melhor acesso ao interior pelo que, sem muralhas ou outras estruturas que formassem barreira nunca poderiam ter um carácter defensivo claro –, regularizavam o terreno do interior dos 2 recintos e serviam de anteparo ou de barreira para as construções de carácter mais ou menos perecível que se desenvolviam no interior daqueles (Fig. 3).

2.2.2.3.

Os taludes exteriores, que materializam a fronteira com o exterior, *são ainda marcados por arquitecturas periféricas de grande efeito cénico*.

Na zona leste do Crasto, uma largada área possui lajes quartzíticas fincadas na vertical (inicialmente confundidas com um campo de pedras fincadas da I. Ferro; Sanches 2000-2001), que se desenham como um campo de “espigões” quartzíticos toscos emergentes do solo e do qual arranca o talude propriamente dito (Fig. 4); o talude exterior norte parece conter como que uma fachada periférica, descontínua, de blocos de grandes dimensões (que por vezes se confundem com formações geológicas), e que alternam precisamente com rochedos naturais que sobressaem na pendente da encosta.

2.2.2.4.

Outra questão que se nos coloca é a da não definição clara *da arquitectura das entradas* em ambos os recintos deste espaço monumental. Isto deve-se não somente a destruições e readaptações operadas na Idade do Ferro (Fig. 9), como também ao facto de ainda não as termos podido escavar integralmente, quer em profundidade, quer em área.

Foram identificadas *duas entradas* que “abrem” ao exterior o recinto formado pelos taludes calcolíticos inferiores ou exteriores – uma no talude sul (EES) e outra no talude Norte (EEN) (Fig. 2, 8 e 9). Destas resta, em ambas, sobretudo uma das paredes verticais, faltando por completo a outra. No talude sul aquela entrada (EES – Fig. 8) parece menos formalizada que no talude Norte (Fig. 9).

A EES abre-se no topo superior daquele talude e cremos que seria muito estreita. Com efeito, tecnicamente a “parede” que parece faltar nunca poderia ignorar o penedo que apertaria a entrada. Cumulativamente o acesso era ainda dificultado por um degrau em rocha regularizado com pedras de tamanho médio (Fig. 8).

A *entrada* do talude exterior norte (EEN) ainda não foi cabalmente compreen-

dida¹¹. Também se “abre” no topo (subvertical?) do talude (TEN) e indicia ter sofrido pelo menos uma alteração arquitectónica (Fig. 9). Parece ter sido definida por dois espessamentos de contorno semicircular pelo exterior (à maneira de “bastiões” maciços), entre os quais se definia uma estreita passagem que, no final da ocupação calcolítica, se assumiria como um corredor ladeado de paredes verticais.

Além destas entradas que dariam acesso ao recinto inferior, colocamos a hipótese de terem existido outras, eventualmente condenadas (encerradas) na fase posterior, ou mesmo alteradas durante a Idade do Ferro, e que agora podem fazer, iludidas, sob os taludes, ou mesmo sob as muralhas da Idade do Ferro cujo traçado assenta sempre sobre a linha de quebra topográfica daqueles taludes mais antigos (Fig. 2 e 9). Neste caso só são detectadas quando os taludes são desmontados na sua totalidade. Ora isso só tem acontecido em áreas restritas pois tal trabalho de escavação total exige um esforço que até à data ainda não pudemos dispender.

Do ponto de vista estratigráfico não conseguimos ainda discernir se estas duas entradas corresponderão à entrada no recinto exterior no início da subfase II-1, ou se, pelo contrário, só terão sido construídas aquando da condenação das estruturas desta plataforma, na subfase II-2.

2.2.2.5.

No interior dos recintos ainda só procedemos à escavação total na zona leste (plataforma inferior e superior); na zona norte do recinto superior ainda quase não passámos da decapagem do nível de condenação/encerramento (Fig. 6 e 7), e, na plataforma inferior norte ainda só escavámos as estruturas estratigraficamente mais recentes da Idade do Ferro, a não ser quando as destruições dos anos de 1980 desceram em profundidade pondo à mostra estruturas calcolíticas, como é o caso da entrada exterior norte (EEN) (Fig. 9).

Aparentemente as estruturas habitacionais que escavámos em ambas as plataformas (ou em ambos os recintos) não se distinguem de outras de carácter doméstico que habitualmente identificamos em povoados desta época. São buracos de poste, rodeados, ou não, de pedras, estruturas de combustão mais ou menos formalizadas, pequenas estruturas subcirculares, ovais ou rectangulares delimitadas por pedras fincadas e cujo conteúdo varia com as situações: desde enchimentos que macroscopicamente nos parecem estéreis¹², a deposições de artefactos que nos parecem intencionais (recipientes quase inteiros, e material lítico – percutores, machados – em bom estado de utiliza-

¹¹ Não somente porque não foi completamente escavada, mas ainda porque foi muito destruída em tempos recentes por um bull-dozer e, em tempos mais antigos, pelas ocupações da Idade do Ferro que além das cabanas da fase mais antiga, ainda se materializam numa espessa muralha que “absorveu” parcialmente esta entrada no seu miolo.

¹² Embora esteja em curso a análise do conteúdo destas estruturas, bem como dos recipientes que também contém sedimentos.

ção), ou mesmo de sementes de cereal. Por vezes são detectados alguns ossos de animais na periferia destas estruturas, tendo também aparecido uma concentração de ossos, possivelmente todos de bóvidos, numa parte imediatamente condenada por pedras (plataforma exterior); outra vez foi deposto um recipiente inteiro junto duma pequena estrutura (plataforma ou recinto superior) que posteriormente foi cuidadosamente coberto por argila, ou intencionalmente selado. Ao lado deste recipiente jazia uma laje de xisto com covinhas. Outros “dejectos” – pingos de fundição de cobre, fragmentos de vasos, instrumentos abandonados, muitos deles funcionalmente pouco operacionais, restos de consumo de cereais, de leguminosas e de animais, moinhos, etc. –, são também detectados nos sedimentos destas áreas.

Na ausência de estudos arqueográficos de pormenor, de estudos de arqueozoologia e de paleobotânica (todos em curso) capazes de responder a um questionamento adequado sobre a natureza das actividades desenvolvidas no interior destes recintos, não podemos tirar conclusões convincentes relativamente ao tipo de uso destes espaços rodeados de imponentes taludes. Ante a variedade de espólio, intuímos que as actividades seriam diversificadas, mas acima de tudo, os estudos já desenvolvidos parecem indicar uma grande versatilidade de usos dos mesmos espaços, que poderiam variar consoante as circunstâncias, mormente porque se trata de áreas que parecem ter estado em funcionamento durante muito tempo.

2.2.2.6.

Nas zonas menos afectadas por ocupações da Idade do Ferro verifica-se que as plataformas, ou seja, o interior dos recintos, foi alvo de *condenações intencionais ou encerramentos*. Tal facto verifica-se tanto nas plataformas da zona leste (plataformas inferior e superior), com na plataforma superior, ou interna, da zona norte (esta ainda em escavação).

Trata-se de condenações cuidadosamente programadas que, em síntese, consistem no alteamento dos taludes periféricos de ambos os recintos e no prolongamento das suas carapaças pétreas ou lajeados por sobre os sedimentos carregados de restos de actividades (estruturas e materiais) (Fig. 4: “e/(III)”; Fig. 6 e 7). Nestas últimas áreas os lajeados são muitas vezes precedidos de camadas contínuas de argila vermelha ou avermelhada, e integram à superfície frequentemente elementos de quartzo e mesmo utensílios que nos parecem ter sido escolhidos essencialmente em função das suas cores (quartzos brancos e cinzentos, anfíbolitos, fragmentos de granito, etc.). A descontinuidade dos lajeados é por vezes claramente intencional, e não somente fruto de destruições posteriores, como inicialmente julgáramos.

Na parte norte do recinto superior, ainda em escavação, está a tornar-se claro que a própria condenação desenha lajeados pétreos de diferentes configurações (mas onde se destaca um de forma subcircular Fig. 7). Mas a *condenação não se traduz somente*

em lajeados pois nas áreas não ocupadas por estes o selamento foi conseguido pela colocação de espessas camadas de argila (por vezes de diferentes tonalidades) por sobre o solo anterior e esta argila integra recipientes cerâmicos quase inteiros, partidos no local. Além destes materiais, surgem (muitas vezes encaixados entre as pedras dos empedrados) milhares de fragmentos cerâmicos com arestas vivas, bem como grande quantidade de lascas de extracção, núcleos, percutores, moinhos, (alguns) machados e enxós, que parecem apontar também para deposições intencionais.

2.2.2.7.

Embora do ponto de vista das sequências estratigráficas locais possamos dizer que existe uma subfase II-1 – à qual associamos a construção dos taludes e o uso diversificado dos recintos por eles criados –, e uma subfase II-2, que diz respeito à condenação intencional de ambos os recintos, não podemos estender a simultaneidade destas acções a toda a estação. A divisão em subfases é assim mais metodológica que real, pois que se trata da compartimentação de dois momentos construtivos.

Isto quer dizer que em determinado momento certas áreas poderiam ainda estar em construção ou em uso – inscrevendo-se assim na subfase II-1 –, enquanto outras já estavam a ser objecto de encerramento – e então pertenceriam à fase II-2. O encerramento intencional de estruturas existentes tanto na plataforma como sob o talude exterior leste (TEL) – quer dizer, no recinto exterior e no interior do seu talude – é particularmente significativo pois alerta-nos para um facto que deve ter sido corrente na ocupação deste sítio: o da permanente encerramento, abertura e criação de estruturas arquitectónicas ao longo do tempo de utilização, e que não podem ser sequer encaixadas em fases construtivas simples devido à grande dimensão da estação.

É evidente que este é um problema inerente ao entendimento destes locais muito extensos que se perpetuam no tempo longo, mas a metodologia de trabalho que adoptámos, bem como o programa de datações absolutas que estamos a desenvolver, procuram responder a estas questões.

2.3. Algumas notas sobre a cronologia absoluta

Por ora existe uma data que poderemos considerar fiável para o *recinto superior* (zona leste) – CSIC 1280: 4087±34 BP, que, calibrada a 2 sigma, se situa no seguinte intervalo: 2862-2493 cal BC. Adentro do intervalo de 2 sigma existe a probabilidade de 66,6 % de aquele valor se situar entre 2703-2557 cal BC e a probabilidade de 19,1 % de se situar entre 2862-2808 cal BC¹³.

¹³ Agradecemos ao Eng. A. Monge Soares a sua ajuda na compreensão da cronologia absoluta do Crasto.

Esta amostra foi recolhida no topo da camada 1 (Lx. 20.1), numa mancha de terra queimada associada a uma estrutura subblosângica, um recipiente cerâmico “escondido” na argila, uma pedra com covinhas, e vários outros fragmentos cerâmicos (incluindo cerâmica campaniforme) e instrumentos variados (Barbosa 1999). Trata-se do nível de ocupação que foi de imediato coberto por um lajeado, ou seja, a data marca *o momento de interface da subfase II-1 com a subfase II-2 na área leste do recinto superior*. Nesta área existe uma espessa sequência estratigráfica que inclui a camada 2 e a camada 1, bem como a condenação intencional desta área com estruturas aparentemente de carácter doméstico, através de uma espessa carapaça de pedras. *Aquela data refere-se assim já a um momento avançado do recinto superior*.

A aceitação desta data e das restantes que de seguida se indicam, torna aberrantes não somente aquelas já indicadas em publicação anterior (Sanchez 2000-2001), como a CSIC – 1216: 3772 ± 39 também deste recinto superior, mas que por certo estará contaminada.

A soma de distribuição de probabilidade, a 2 sigma, para as restantes 3 datas disponíveis e aceitáveis para a ocupação do *recinto inferior* ou plataforma inferior (zona leste), situa a ocupação do recinto inferior (subfase II-1) entre 2857-2289 cal BC. Contudo, há que referir que, dentro desta, é no intervalo de 2697-2289 cal BC que se situam os quase 95% de probabilidade (restando somente 0.045% de probabilidades de que a data se situe for a daquele valor).

As datas em causa são: CSIC-1617: 4046±29 BP; Ua-18528: 4060±50 BP; Ua-18529: 3920±50 BP, embora esta última, estratigraficamente inferior às restantes, apresente valores mais recentes (!). Refira-se ainda que, teoricamente, o talude exterior (TEL), que delimita o recinto, teve de ser construído antes da ocupação que aqui é datada.

De qualquer modo, estas últimas datas, que apontam a cronologia provável da subfase II-1 da plataforma/recinto inferior para o período de 2697-2289 cal BC, se comparadas com aquela do final da ocupação prévia à condenação do recinto superior na sua zona leste (2703-2557 cal BC), parecem colocar a construção deste último recinto (recinto superior) num momento algo anterior ao do recinto inferior do mesmo lado.

Apesar de tecnicamente acharmos que esta seria a situação mais adequada, tal como indicámos anteriormente, e de, cumulativamente, as datas por ora apontarem nesse sentido, continuamos a insistir num ponto e que é o de que por ora só poderemos situar a cronologia da ocupação do Crasto no Calcolítico, genericamente entre 2800 (ou data anterior) e 2290 cal BC, deixando para a investigação futura, que acompanharemos de um programa específico de datações, uma maior precisão cronológica.

3. HISTÓRIA LOCAL: O CRASTO NO CONTEXTO DO POVOAMENTO REGIONAL DO NEOLÍTICO E CALCOLÍTICO. ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO DE MODELOS DE CONCEPTUALIZAÇÃO TERRITORIAL

De entre as diversas questões que o Crasto suscita, incidiríamos em duas que discutiremos de seguida em simultâneo. A primeira tem como objectivo o entendimento da relação do Crasto com espaço habitado desta região e em particular com aquele da sua periferia, ou seja, com a área geográfica que lhe fica mais próxima. A segunda debruçar-se-á sobre o “modelo arquitectónico” e conceptual desta construção de dimensões nunca até então atingidas na Pré-história regional e cuja forma, como “projecto” permanece singular, quer dizer, sem continuidade, ou mesmo recorrência. nas concepções monumentais dos períodos pré-históricos subsequentes.

3.1.

A primeira questão, que nos parece fulcral, tem implícito o facto de sabermos que esta região Sudoeste da Bacia de Mirandela, é um território povoado já no 5º e 4º milénio (Sanches, 2002), sendo de destacar que essa ocupação é substantiva particularmente durante o 4º milénio com a presença de dezenas de monumentos megalíticos e, cremos, com os correlativos povoados de ocupação curta (de que não encontramos ainda vestígios claros), bem como com abrigos com arte rupestre (sobretudo pintura) e mesmo com ocupações de tipo “doméstico” no vizinho abrigo do Buraco da Pala (níveis IV-II e III). Alguns destes monumentos continuam a ser ocupados durante a primeira metade do 3º milénio, como acontece com a Mamoa 1 do Castelo, um dólmen de vestíbulo cuja construção é já do final do 4º milénio e o seu encerramento ou “condenação” ritualizada situa-se entre 2880 e 2460 BC (Sanches, Nunes e Silva, no prelo). Trata-se assim duma cronologia adentro da qual o vizinho Crasto de Palheiros, se não possuía já os dois taludes *que delimitavam os recintos interno e externo*, o que constitui uma possibilidade aberta pelas datas absolutas de ambas as estações, *contava pelo menos com o talude interno*. Este dava corpo ao recinto superior *onde, além da ocupação que se encontrava em curso, sofria já, e também, algumas condenações de estruturas entretanto utilizadas*.

Existe assim uma certa contemporaneidade entre o uso e encerramento da Mamoa 1 do Castelo e a construção, uso e encerramento intencional de algumas estruturas do Crasto de Palheiros, particularmente no seu recinto superior.

Por outro lado, o 3º milénio, que é um período onde por ora ainda não temos vestígios claros de que se tenham continuado a construir dólmens¹⁴, é marcado regio-

¹⁴ Embora seja possível que alguns pequenos monumentos do planalto do Pópolo (necrópole do Cabeço Carvalho) bem como a “cista” megalítica nº 4 da Estante (Burneira) possam ser datados do 3º e/ou 2º milénios

nalmente pela presença de vários povoados abertos, localizados no topo de colinas baixas ou em patamares de encosta, cuja cultura material, particularmente a estilística cerâmica, é similar à do Crasto, mas onde dominam as estruturas habitacionais perecíveis. Neste conjunto só o Cemitério dos Mouros II (muito destruído) parece contar com uma complexificação espacial e arquitectónica de que é possível referir um “murete” tosco na parte mais soerguida do monte (Figueiral e Sanches, 1998-99), bem como de estelas graníticas na parte aplanada do esporão que é sobranceiro ao rio Tua (Sanches e Nunes, no prelo) (Fig. 5).

Isto quer dizer que do ponto de vista cronológico o Crasto de Palheiros se situa no interface duma paisagem dominada pelo culto dos antepassados, onde os povoados não tem durabilidade nem visibilidade efectiva, e uma outra, talvez conceptualmente mais diversificada, onde os povoados tem mais longa duração e ocupam lugares proeminentes na paisagem.

Esta questão cronológica, aliada a outros factores que consideramos de relevo e de que falaremos de seguida, leva-nos a crer que a mega-construção que é o Crasto de Palheiros corresponde a uma re-estruturação regional do povoamento; quiçá materialize mesmo uma nova ideia orientadora das relações sociais políticas e económicas emergentes, pelo que se pode assumir como um novo *pivot* regional de ocupação que se define no início do 3º milénio AC e que irá prevalecer até ao final desse milénio.

3.2.

O Crasto ocupa aproximadamente o centro proeminente duma área topograficamente deprimida e intensamente ocupada (Fig. 5). Contando unicamente com a documentação disponível, verifica-se que os locais onde se concentram mais sepulcros, que são a “imagem” do 4º milénio, são mais afastados do que os dos povoados coevos, pelo que o Crasto poderá corresponder assim a um novo modelo de concepção e de domínio espacial, político e territorial onde os monumentos ligados aos antepassados, bem como os rituais que se lhe associariam, estariam paulatinamente a perder peso social e político.

Como *pivot* teria originalidade espacial e construtiva pelo que a inovação “plástica” na criação deste espaço colectivo acarretaria também resistências por parte dos públicos envolvidos. Quer dizer, em comunidades do 3º milénio, sem organização política centralizada, logo, não dotada de mecanismos claramente coercivos para impor formas completamente novas que cumulativamente exigiam uma força de trabalho até então inusitada, este novo espaço público teria de ser acompanhado dum discurso legitimador, dum discurso que contivesse a sua justificação. É assim que interpretamos

AC. Trata-se de uma informação pessoal de Susana Nunes, que prepara uma tese de mestrado sobre este tema adentro desta região, e quem muito agradecemos a informação.

aquilo que nos parece reflectir a conexão entre a tradição e a ideologia do 4º milénio e aquela do 3º, *ao serem recuperados no Crasto procedimentos e técnicas tradicionais presentes nos monumentos megalíticos e que podem ser lidas como identitárias.*

Quer dizer, embora se esteja ante um mundo em mudança, onde o Crasto representaria uma das principais instâncias dessa nova organização política, diversos aspectos construtivos presentes tanto na concepção e construção dos seus taludes, como no uso do fogo, como ainda no encerramento/condenação de diversas estruturas, como que copiam as tradições construtivas e rituais presentes nos dólmenes regionais (Sanches, Nunes e Siva, no prelo). Deste modo, *sob a ilusão da continuidade identitária*, onde pequenas comunidades se organizariam agora de modo a investir um esforço incomparavelmente maior que na construção dos dólmenes, *estar-se-ia na realidade a criar uma nova rede de relações políticas entre as comunidades locais, onde um dos eixos estruturantes seria o Crasto de Palheiros* (Outro dos eixos, agora arquitectonicamente menos visível, e dominando um outro horizonte visual, seria o vizinho abrigo/armazém do Buraco da Pala II e I) (Sanches, 2002).

Na busca de uma outra compreensão articulável com aquela exposta, poderíamos dizer que no Crasto de Palheiros se funde o conceito do habitat e do sepulcro, *sendo ritualmente enfatizado aquilo que atribuímos ao mundo doméstico, e sendo mantidas tradições e concepções construtivas próprias dos monumentos ligados aos antepassados.*

Embora até à data não se tenham detectado vestígios “funerários” de qualquer tipo no Crasto, tal não impede que a sua concepção arquitectónica, como idealização do mundo, não perpetuasse os ancestrais nas suas práticas. Talvez agora os ancestrais, como referências de memória se eternizassem nessa grande estrutura (de longa duração) que é a paisagem. E é esta paisagem que parece ter sido *mimetizada* no Crasto pois este monumento pode também ser apreendido como um *modelo formal sintético*, ou uma representação de si próprio e do espaço “natural” e social que o rodeia.

3.3.

Na concepção do Crasto como microcosmo circunscrito por um extenso talude exterior, pode assim *ter sido captada a imagem do território que o circunda* – ou melhor, aquele que se define no seu primeiro horizonte visual –, e que seria o objecto da acção social destas comunidades e aquele que mais povoados desta época exhibe. Esse território, formado por terras baixas, é dominado de forma visual efectiva pela Fragada natural do Crasto que ocupa genericamente o seu centro geográfico, tal como se pretende mostrar no mapa da fig. 5; só em segundo plano, para além deste, e sempre entre brumas, portanto de uma forma mal definida, se sucede um “outro” território e isto somente quando uma fronteira visual próxima o não impede, como acontece com a Serra de Passos/Sta. Comba e sua vizinha Garraia (localizadas a NE e N, respectivamente).

Mas o Crasto é uma construção gigantesca que *se desenvolve não só na horizontal* – onde circunscribe um espaço de 2,5 ha –, *como em altura* – pois que se eleva entre 35 e 45 m. (Fig. 3 e 2). Assim, esta imagem de síntese é uma *representação tridimensional de grande monumentalidade* que sobrevaloriza não somente o que é do domínio do olhar, mas entra também no domínio do pensamento e da acção colectiva. Esta acção colectiva exerce-se simultaneamente sobre si próprio – pelas construções e por outras actividades calendarizadas no tempo – e sobre o território, que as comunidades organizam, gerem e constroem.

Com efeito, neste monumento é claramente enfatizada a hierarquia espacial pois o seu recinto interior eleva-se, em média, 12 metros acima do exterior (Fig. 3 e 10). Tal sobre-elevação permite que de todo o recinto superior (plataforma superior) se capte, sem obstáculos visuais e em simultâneo, quer a imagem da paisagem exterior, quer a do recinto exterior. É daqui, do recinto superior ou interior, que o Crasto assume a centralidade territorial em toda a sua dimensão. É de supor então que a planta ou “modelo” do Crasto, captada com os recursos da época (portanto sem necessidade das nossas imagens de fotos aéreas), se desenha como um recinto sobre-elevado – que poderia *representar mimeticamente* o próprio local construído –, rodeado por um recinto mais baixo, *podendo este representar o território baixo que o rodeia* (ou seja, o seu primeiro horizonte visual) e que é circunscrito pela topografia específica desta área (Fig. 3 e 5).

Esta possibilidade interpretativa, juntamente com a recuperação de tradições locais, *justificaria o carácter único do sítio, sem paralelo, ou com parcos paralelos, nos planos das construções coevas peninsulares.*

Esta explicação de carácter local é aquela que na realidade pode contribuir para o entendimento efectivo deste fenómeno mais alargado de construção de recintos com implantações e arquitecturas diversas que emergem e se mantêm na Pré-história peninsular entre aprox. o final do 4º e o final do 2º milénio BC.

Explicações com carácter mais universalista podem ser colocadas a um outro nível de análise, digamos, mais estrutural, que procurem entender o que perpassa como pano de fundo à “necessidade” que certas sociedades pré-históricas tiveram em criar, manter e transformar, grandes criações arquitectónicas que, à luz dos nossos conceitos actuais, parecem desapropriadas ou desajustadas. Naturalmente o que está em causa é o nosso conhecimento. Uma metodologia que abra o campo a concepções e abordagens multifacetadas parece ser o único percurso a seguir.

3.4.

A questão dos modelos e dos projectos envolvidos nestas construções peninsulares parece-nos ser um dos problemas importantes, como indicámos no ponto 2. Na realidade, é nesta arena que tem sido jogadas as mais diversas explicações devido ao

carácter aparentemente comum (ao nível dos modelos) que muitas destas construções, longamente assumidas como povoados fortificados, parecem mostrar. Susana O. Jorge (1994) encarregou-se de mostrar a sua diversidade, desconstruindo imagens e conceitos largamente aceites, no que concerne a várias particularidades, que, na realidade, são de fulcral importância, como a dimensão do espaço construído, a maior ou menor complexidade dos planos (que assume como projectos no sentido arquitectónico de obra materializada) e seu faseamento, etc.

Contudo, a nosso ver não tem sido claramente discutido o problema da articulação dos modelos e dos projectos. Definimos um modelo como uma concepção (arquitectónica) formal e um projecto será a sequência de acções que materializam aquele modelo. Na relação dinâmica de um com o outro temos um factor fundamental, que é o tempo – tempo de execução/tempo de utilização/tempo de transformação –, tempo esse que pode ser muito longo ou, pelo contrário, curto. Na relação do modelo com o projecto poderá ser distinguido não somente o grau em que as concepções formais, ainda que muito genéricas, são partilhadas em territórios mais próximos ou mais distantes – e, por extensão, o grau de originalidade de modelos locais –, como também discernir em cada caso até que ponto uma ideia transformada em projecto se manteve (ou não) inalterada ao longo do tempo.

Outra questão importante é a da possibilidade da existência de um *modelo prévio muito simples*, sendo que a “obra” pode ter sido assumida ela própria como “o projecto”. Quer dizer, não são somente as sucessivas transformações que vão conferindo sentido e actualizando continuamente estas construções – o que parece ser um denominador *quase comum* a todos ou quase todos os casos conhecidos –, mas são precisamente essas as transformações necessárias e fundamentais para a materialização estrutural do “modelo” que se nos oferece como dominante.

Apesar das escavações em área desenvolvidas em vários povoados fortificados, monumentos ou recintos (sendo aqui indiferente o tipo de denominação), em poucos se tem conseguido propor um faseamento que dê conta da estação como um todo. Isto decorre de factores mais ou menos conhecidos que não discutiremos aqui, mas cria obstáculos sérios a este tipo de análise. De qualquer modo, as exposições no contexto de reuniões científicas recentes (de que se destaca a dos “Recintos Murados da Pré-história recente”, onde se inclui também este texto) tendem a mostrar os sítios escavados e publicados só há uma dezena de anos, como tendo agora uma estrutura arquitectónica mais complexa do que aquela que inicialmente se supunha, a que se alia normalmente uma dimensão muito superior do espaço circunscrito nos recintos (sejam aqueles rodeados de estruturas pétreas, como é o caso do Zambujal, sejam os que são circunscritos por fossos, como Valencina de la Concepción, etc.). Daí que só possamos expôr algumas ideias impressivamente colhidas das publicações e/ou daquelas exposições recentes.

Se em *recintos que circunscrevem pequenos espaços*, como é o caso da Fraga da Pena (Fornos de Algodres-Beira Alta) (Valera, 1998 b), ou Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim-Algarve) (Gonçalves, 1989) *modelo e projecto se parecem fundir*, já em grandes espaços, é muito mais difícil de verificar (e provavelmente de ter ocorrido) tal situação. Mesmo assim, em El Pedroso (Zamora) (Delibes, Herrán; Santiago e Val Rocio, 1995), com 4 ha, mas de arquitectura aparentemente simples, a muralha que circunscreve este espaço (e que possui uma torre frente à entrada), parece ter sido planeada e desenvolvida num acto contínuo que se prevê curto. Los Millares (Almeria), desde a sua fundação com 3 linhas de muralhas com bastiões e torres (onde posteriormente o espaço útil se vai retraindo¹⁵) e Leceia (Oeiras – Estremadura portuguesa), já de menor dimensão, onde J.L. Cardoso (1994) assume explicitamente um plano prévio, complexo – 3 linhas de muralhas concêntricas providas de bastiões –, levado a cabo em 3 fases construtivas num período curto, *são os dois únicos casos publicados que conhecemos onde arquitecturas complexas foram levadas a cabo num tempo relativamente curto*. Na *situação oposta temos vários exemplos*, conhecendo-se melhor, pela extensão das escavações, o Castelo Velho de Freixo de Numão (V.N. Foz Côa-Alto Douro) (S. Jorge, 2002) e o Zambujal (Torres Vedras, Estremadura) (Kunst, 1995). Apesar da diferença de escala, um sítio de menor dimensão – Castelo Velho com c. de meio ha¹⁶ –, e um que circunscreve uma grande área – Zambujal, com 4 ha¹⁷ –, podem ser ambos assumidos como projectos em curso. Em Castelo Velho é a partir do Torreão 1 (da primeira fase construtiva) que se desenvolvem posteriormente (no tempo longo de cerca de 1 milénio(?), ie, na 2ª fase construtiva), todas as restantes arquitecturas que dão origem a um “desenho” altamente elaborado¹⁸. No Zambujal são também explicitamente indicados para a “cidadela” 5 planos diferentes – que correspondem a outros tantos sistemas de defesa –, que se vão alterando no tempo em função de necessidades táticas (Kunst, 1995).

Esta relação estreita dos modelos com os projectos, e destes com a dimensão do espaço arquitectónico construído, embora pouco investigada, abrirá por certo uma nova perspectiva de abordagem na medida em que permitirá ter uma noção mais estreita do modo como em cada local ou região as comunidades foram alterando os conceitos que articulam os seus espaços construídos e os seus territórios. Isto porque a nosso ver esta é sempre *uma noção territorial* – o território entendido como objecto

¹⁵ Mas cremos que aqui existe um projecto que incidirá não na área circunscrita por muralhas, mas antes na paisagem periférica onde se constroem os denominados “fortins”.

¹⁶ Cálculos feitos a partir das plantas da publicação: S. Jorge 2002.

¹⁷ Comunicação verbal apresentada por Michael Kunst na Mesa Redonda de que aqui se publicam as Actas.

¹⁸ Esta afirmação não colide necessariamente com aquela de S. Jorge (2002: 159) quando refere que “estes “monumentos” resultavam de programas arquitectónicos planeados previamente segundo uma concepção geral de conjunto” pois que todo aquele plano só parece desenvolver-se a partir da 2ª fase construtiva.

e como sujeito, e o local construído como representação ou modelo dessa acção – *que obedece a uma intenção* e à capacidade maior ou menor, de a levar a cabo.

O Crasto de Palheiros se comparado em termos de área construída com outros recintos peninsulares providos de estruturas pétreas, destaca-se pela sua grande escala – 2,5 ha –, *aparentemente* superior à maioria daqueles conhecidos, mas, mesmo assim, inferior a Los Millares (S. Jorge 1994), Zambujal e El Pedroso. Apesar de a cronologia absoluta não permitir ter uma imagem segura da sequência, ambos os recintos do Crasto parecem ter sido feitos num tempo curto, no início do 3º mil BC. Embora o recinto superior possa ter sido construído em primeiro lugar (também por razões técnicas), o modelo e o projecto parecem fundir-se numa só concepção formal e representacional.

Por outro lado, esta mega-construção parece não seguir qualquer modelo, ainda que genérico, adoptado num elevado número de construções peninsulares que, em maior ou menor grau, exibem muralhas, bastiões, “torres” além de outras construções específicas (e não menos importantes) a cada caso. Neste campo o Crasto deve ser assumido como *um “modelo” claramente original no seu regionalismo, onde se articulam, num mundo em mudança, tradições construtivas locais com novos conceitos relativos à organização e gestão da vida das comunidades pré-históricas desta micro-região.*

Neste aspecto apresenta semelhanças claras com as estações conhecidas de Fornos de Algodres – Castro de Santiago e Fraga da Pena (Valera 1998 a e b) – principalmente no que se refere à dependência estreita que aqueles recintos manifestam relativamente à topografia do terreno, e mesmo, no caso do Castro de Santiago, na possível relação técnica com tradições locais. Com efeito, na formação da entrada daquele povoado fortificado foram colocadas “lajes imbricadas, dispostas verticalmente, fazendo lembrar os ortóstatos (em tamanho mais pequeno) de um corredor de monumento megalítico.” (Valera 1998: 45). Castro de Santiago e Fraga da Pena parecem-nos ser também estações muito originais, embora já com aspectos construtivos que responderão a conceitos supra-regionais como o são as muralhas providas de bastiões semi-circulares.

Para terminar devemos repetir que o Crasto de Palheiros é uma estação de que se conhece ainda uma parte muito limitada, e onde os restantes estudos relativos às diferentes recolhas se encontram ainda em curso. Por isso, este texto reflecte (ainda) opiniões que consideramos grandemente “impressionantes”, pelo que só a ampliação da área escavada, poderá ajudar a criar uma imagem mais fidedigna da estação.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, I.B. (1999). *Castro de Palheiros (Murça). As ocupações da Pré-história e da Proto-história da Plataforma Inferior*, Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Univ. do Porto (policopiada).
- BARBOSA, S.C.P. (1999). *O Castro de Palheiros-Murça. Contributo para o entendimento do fenómeno campaniforme em contexto doméstico no Norte de Portugal*, Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Univ. do Porto (policopiada).
- BRADLEY, R. (1998). *The Significance of Monuments*, Routledge.
- BRADLEY, R. (2001). The birth of architecture, in *The Origin of Human Social Institutions*, Proceedings of the British Academy, 110, 69-92, The British Academy, pp. 69-92.
- BRADLEY, R. (2002). *The Past in Prehistoric Societies*, Routledge.
- CALADO, M. (2002). Standing stones and natural outcrops: the role of ritual monuments in the Neolithic transition of the Central Alentejo, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe. Perception and Society during the Neolithic and Early Bronze Age*, Ed. C. Scarre, Routledge, pp. 17-35.
- DELIBES DE CASTRO, G.; HERRÁN MARTINEZ, J.I.; SANTIAGO PARDO, J. DE E VAL RECIO, J. (1995). Evidence for social complexity in the Copper Age of the Northern Meseta, *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia*, Katina T. Lillios ed., Michigan: International Monographs in Prehistory (Archaeological Series, 8), pp. 44-63.
- FIGUEIRAL, I. & SANCHES, MARIA J. (1998-99). A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-história recente, *Portugália*, nova série, 19-20, Dep. de Ciências e Técn. do Pat. (DCTP) da Fac. Letras da Univ. do Porto, pp. 71-101.
- GELL, A. (1996 2ª). *The Anthropology of Time. Cultural Constructions of Temporal Maps and Images*, Berg, Oxford/Washington, DC.
- GOMES, ISIDRO M.T. (2002). Estudo do material lítico do Crasto de Palheiros- Murça. Uma Primeira Abordagem Metodológica – 1ª Parte, *Portugália*, nova série 21-22, DCTP-FLUP, Porto, pp. 41-101.
- GOMES, ISIDRO M.T. (2002). Estudo do material lítico do Crasto de Palheiros- Murça. Uma Primeira Abordagem Metodológica – 2ª Parte, *Portugália*, nova série, 23, DCTP-FLUP, Porto (pp. 35-115).
- GONÇALVES, V.S. (1989). *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*, INIC/UNIARQ, Lisboa (2 vols.)
- JORGE, SUSANA O. (1994). Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, *Revista da Fac. de Letras-História*, 11, 2ª, FLUP, pp. 447-546.
- JORGE, SUSANA O. (1998). Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação, *Estudos Pré-históricos*, 6, CEPBA, pp. 279-293.
- JORGE, SUSANA O. (2002). Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal, *Património-Estudos*, 3, IPPAR, pp. 145-164.
- JORGE, VÍTOR O.; CARDOSO, JOÃO M.; COIXÃO, ANTÓNIO S. E PEREIRA, LEONOR S. (2003). Campanha de escavações arqueológicas do ano de 2002 no sítio do Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), *Côavisão*, 5, C. M. Vila Nova de Foz Côa, pp. 99-131.
- NUNES, SUSANA A. B. (2002). *Megalitismo na Área entre os rios Corgo e Tua (Trás-os-Montes)*, Relatório de Progresso do Projecto com o mesmo nome, apresentado ao Instituto Português de Arqueologia (policopiado).

- PINTO, DULCINEIA C. B. (2003a). Castro de Palheiros-Murça. *Estudo morfológico e contextualização cronológico-espacial dos artefactos metálicos da Idade do Ferro*, Trabalho de Seminário de 4º ano de Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Univ. do Porto (policopiado).
- PINTO, DULCINEIA C. B. (2003b). Os artefactos metálicos do Crasto de Palheiros (Murça, Trás-os-Montes) e suas relações com a Proto-história peninsular. *Actas do Encuentro de Jóvenes Investigadores sobre Bronce Final y Edad del Hierro en la Península Ibérica* (Salamanca, 20 a 23 de Outubro de 2003).
- KUNST, MICHAEL (1995). Central places and social complexity in the Iberian Copper Age. *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia*, Katina T. Lillios ed., Michigan: International Monographs in Prehistory (Archaeological Series, 8), pp. 32-43.
- SANCHES, MARIA J. (1996). O Crasto de Palheiros – Murça. Notícia preliminar das escavações de 1995 e 1996. *Actas do IIº Congresso de Arqueologia Peninsular* (Zamora, Setembro de 1996), II, p. 389-399.
- SANCHES, MARIA J. (1997). *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, vols. I e II, Textos, I, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- SANCHES, MARIA J. (2000-2001). O Crasto de Palheiros (Murça): do Calcolítico à Idade do Ferro, *Portugália*, nova série, 21-22, DCTP-FLUP, Porto, pp. 5-40.
- SANCHES, MARIA J. (2002). Spaces for social representation, choreographic spaces and paths in the Serra de Passos and surrounding lowlands (Trás-os-Montes, northern Portugal) in late prehistory, *ARKEOS – Instituto Politécnico de Tomar*, pp. 65-105.
- SANCHES, MARIA J. e AUGUSTO, AUGUSTO, MARCELINO G. (1999). *Crasto de Palheiros: o Monumento e o Povoado durante a Pré-história*, Desdobrável Editado Pela Câmara Municipal de Murça, Murça (10 págs.) (traduzido também para inglês e francês).
- SANCHES, M.J.; NUNES, SUSANA A. B. e SILVA, MARGARIDA S. (-). Estudo de dois dólmens em Jou-Murça (Trás-os-Montes oriental); a Mamoá I do Castelo e a Mamoá d'Alagoa, *Estudos Pré-históricos*, CEPBA (no prelo).
- SANCHES, MARIA J.; NUNES, SUSANA A. B. (-). Monumentos em pedra numa região de Trás-os-Montes – Nordeste de Portugal. Sua expressão na paisagem habitada durante o 4º e o 3º mil. BC. *Actas de “Sinais de Pedra – 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica”*, realizado em Évora entre 24 e 26 de Janeiro de 2003, Fundação Eugénio de Almeida (no prelo).
- VALERA, A.C. (1997a). *O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): Aspectos da Calcolitização da Bacia do Alto Mondego*, Textos Monográficos, 1, EAM, Câmara Municipal de Fornos de Algodres.
- VALERA, A.C. (1997b). Fraga da Pena (Sobral Pichorro, Fornos de Algodres): uma primeira caracterização do contexto da rede local de povoamento, *Estudos Pré-históricos*, 5, CEPBA, pp. 55-84.

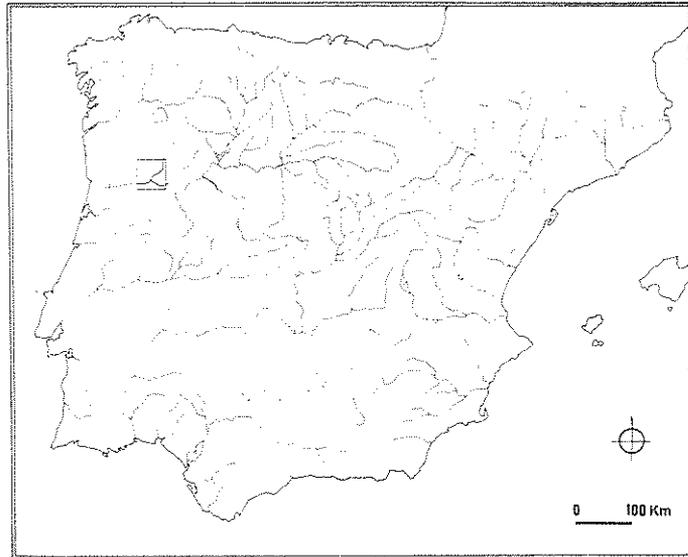


Fig. 1 – Localização do Crasto de Palheiros no NW da Península Ibérica.
(ver a ampliação desta área no mapa da fig. 5)

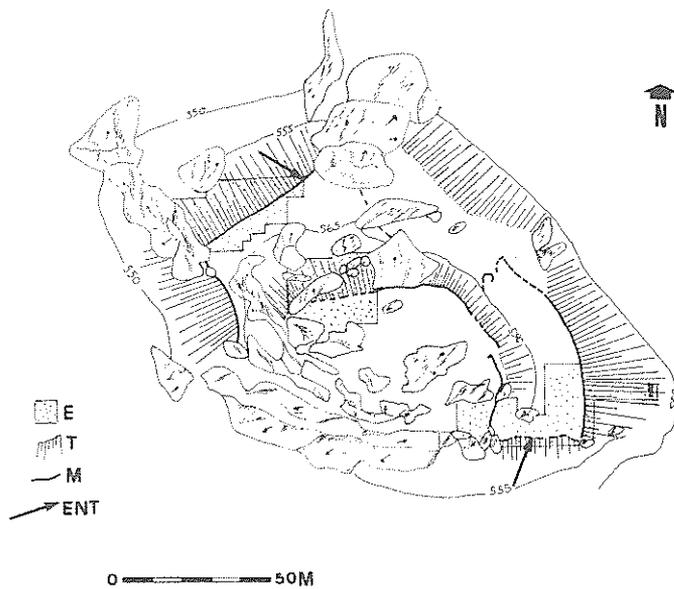


Fig. 2 – Planta topográfica esquemática do Crasto de Palheiros, onde se mostram os 2 recintos – um interior ou *superior*, e outro exterior ou *inferior* –, definidos por taludes (T), E- área escavada até 2002; M- muralhas da Idade do Ferro; ENT- entradas Calcolíticas no recinto inferior.

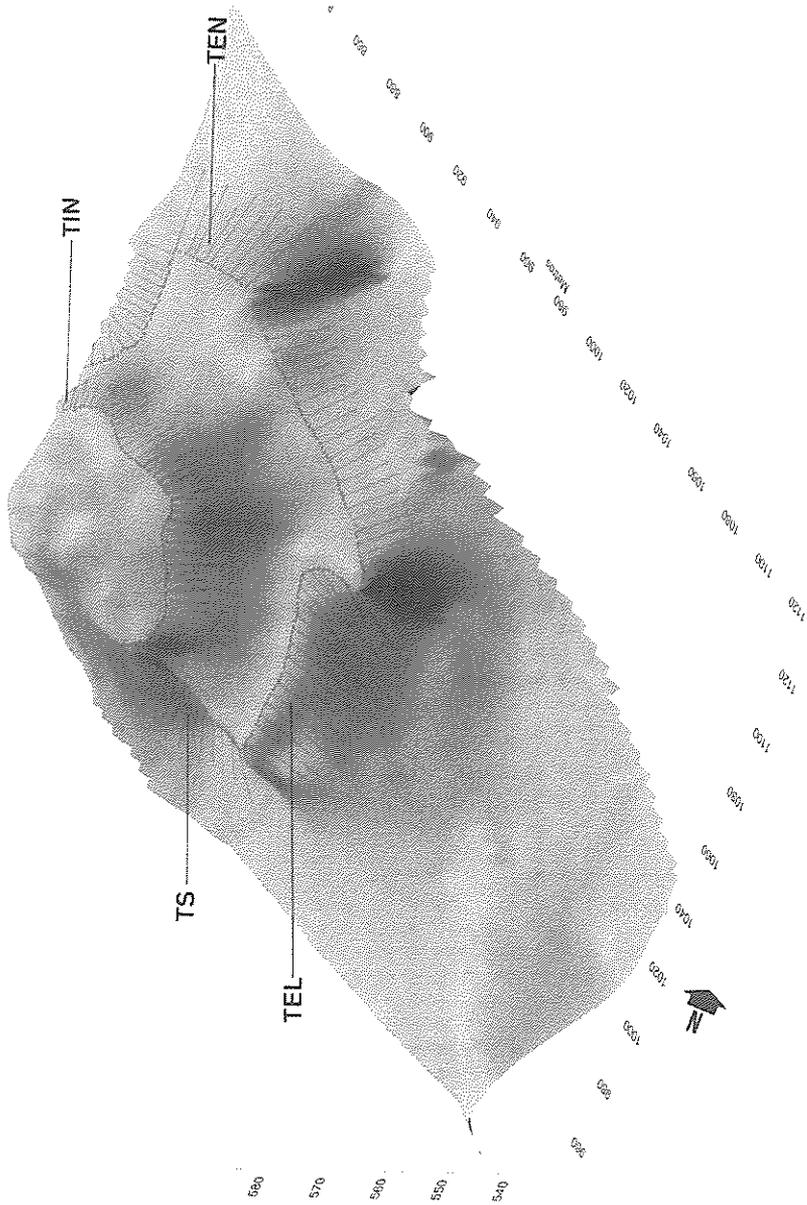


Fig. 3 – Representação tridimensional do Crasto, sendo visíveis as duas plataformas (uma interior e outra exterior) definidas por taludes com linhas negras

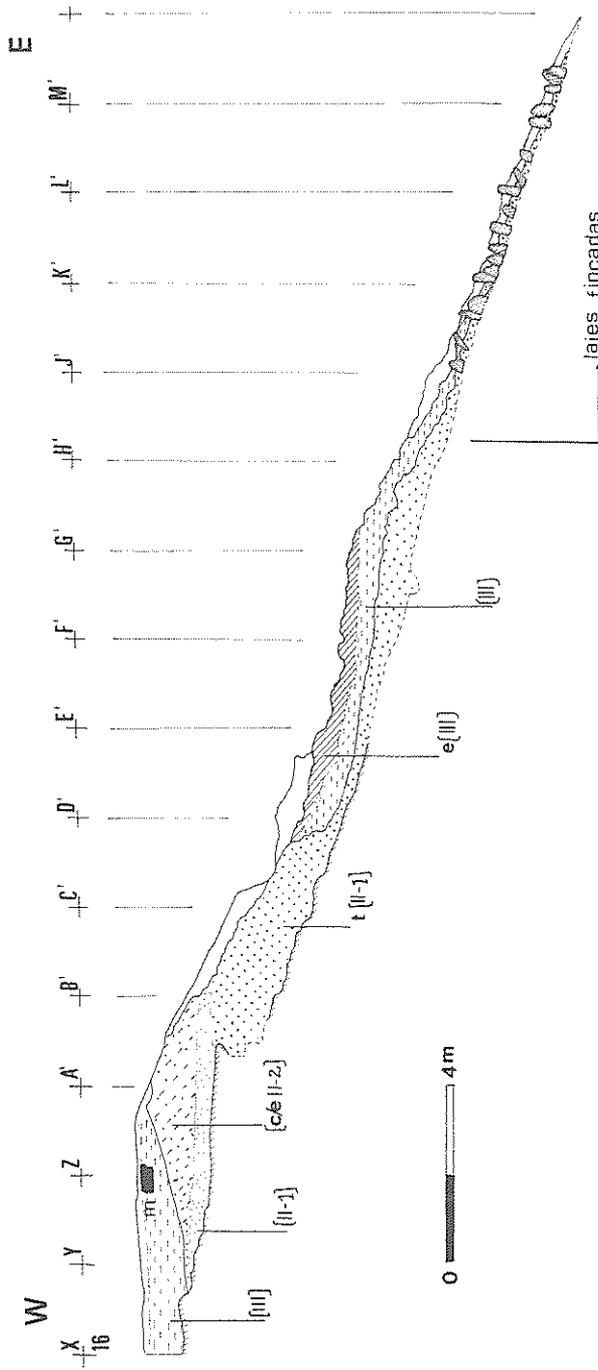


Fig. 4 – Desenho muito esquemático do corte estratigráfico do Talude Exterior Leste/plataforma (TEL). As ocupações calcolíticas (II) são “perfuradas” e sobrepostas por ocupações da Idade do Ferro (III). Algumas lajes fncadas (“lajes fncadas”) figuram em projeção horizontal. t (II-1)- talude calcolítico; (II-1) -ocupação “doméstica” calcolítica; c/e (II-2)- condenação/empedrado calcolítico; (III)- ocupações domésticas da Idade do Ferro; e (III) encerramento ptreo por sobre ocupações da Idade do Ferro (restauo do talude calcolítico); m- muralha da fase final da I. Ferro.

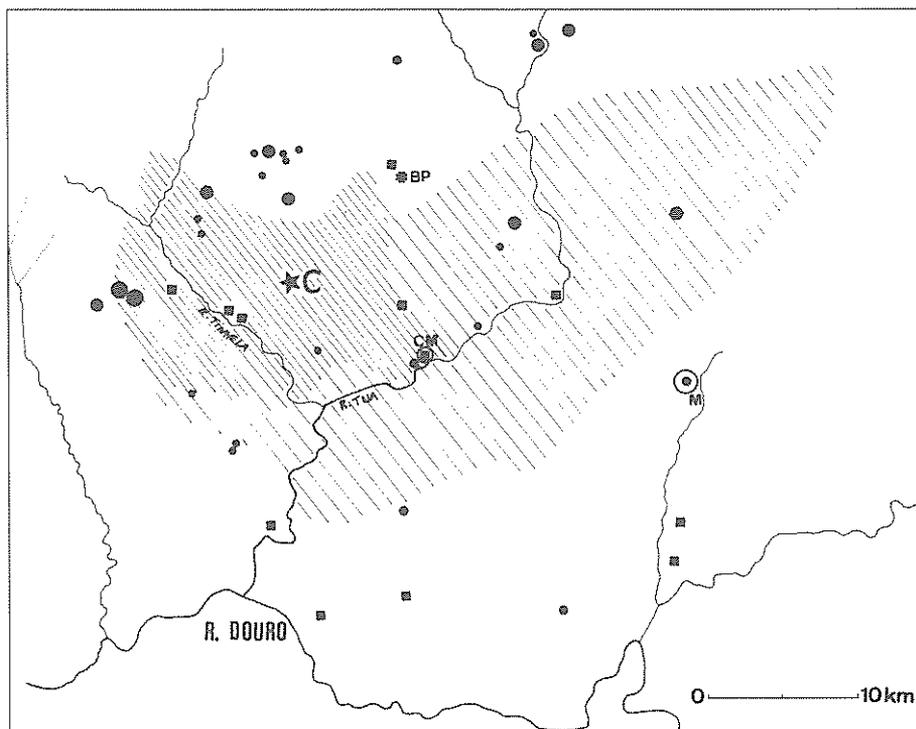


Fig. 5 – Representação da região circundante do Crasto de Palheiros (C), na parte SW da bacia de Mirandela, no NW da P. Ibérica (ver fig. 1). A área coberta por linhas mais apertadas corresponde ao 1º horizonte visual do Crasto (domínio visual próximo); aquela com linhas mais espaçadas corresponde ao horizonte mais distante onde as formas de relevo já se multiplicam de modo indistinto ao olhar. *Círculos* – monumentos com *tumuli* (maioritariamente megalíticos), num total de 54. 24 monumentos situam-se no 1º horizonte visual (onde se incluem 6 não megalíticos, indiciando não pertencerem ao 4º mil. BC), e 34 estão fora desta área. *Quadrados* – povoados do 3º mil. BC, num total de 12. Destes, 5 localizam-se no 1º horizonte visual do Crasto e os restantes nem sequer se avistam deste local. *M.* recinto de estelas do Cabeço da Mina (V. Flor); *CM.* conjunto: povoado e estelas de Cemitério de Mouros (Mirandela); *BP.* abrigo do Buraco da Pala (Mirandela).



Fig. 6 – Talude interior norte e plataforma superior (ou recinto superior) do Crasto.

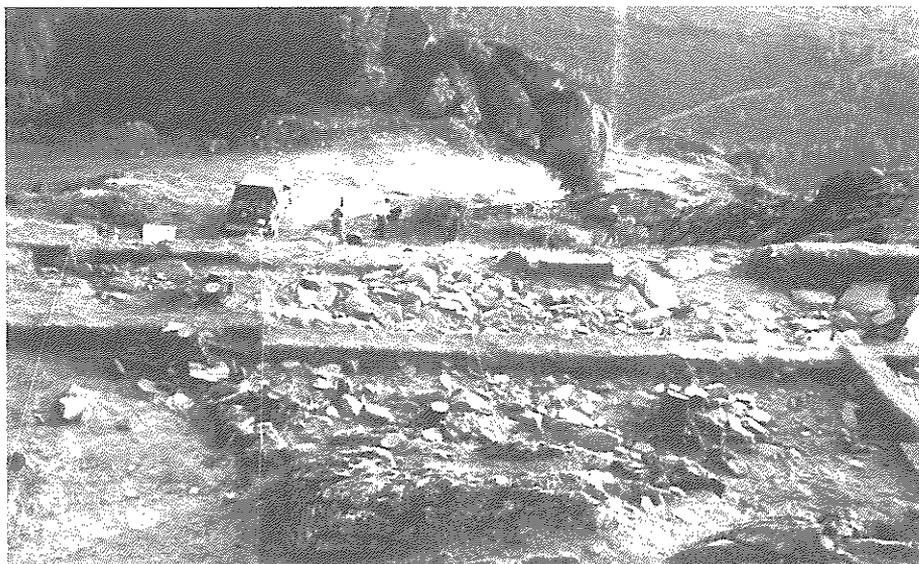


Fig. 7 – Empedrado subcircular da condenação/encerramento do recinto superior.



Fig. 8 – Entrada sul (EES).



Fig. 9 – Entrada norte (EEN) que é a parede vertical em primeiro plano. Do lado direito verifica-se como é que a muralha da I. Ferro (fase final da I. Ferro) fez desta entrada calcolítica o seu “miolo” pétreo.



Fig. 10 – Vista geral de Norte. Em primeiro plano, o talude de origem calcolítica (que circunscribe o recinto inferior), sobreposto pela muralha; em último plano, o recinto superior, sustido pelo “seu” talude e onde se observa também um troço de muralha da I. do Ferro (restaurada).

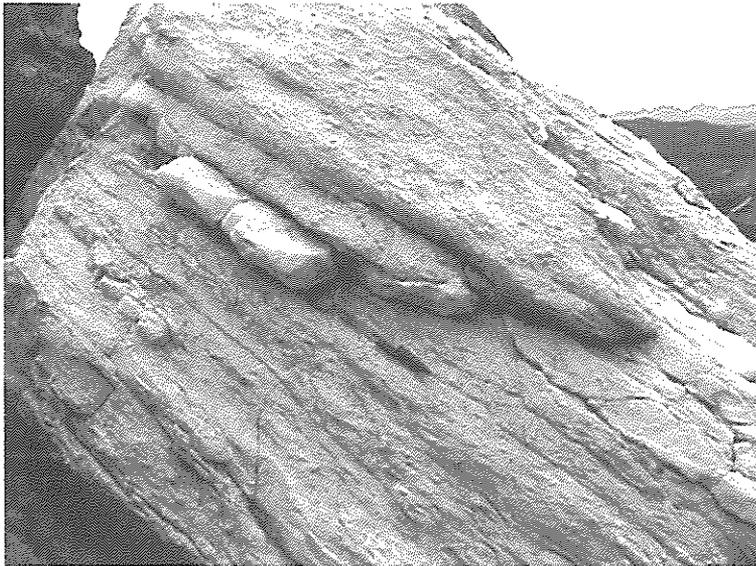


Fig. 11 – Afloramento quartzítico, com veios de quartzo, situado na parte leste do Crasto.